







# GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 - (Valores expressos em reais mil)

	Passivo						
	1º de janeiro de 2013						
	Original	Ajuste 1 Arrendamento Mercantil	Ajuste 2 Benefício a empregados	Ajuste 3 Depreciação	Ajuste 4 Baixa de bens	Ajuste 5 Imposto diferido	Reapresentado
<b>Passivo circulante</b>							
Fornecedores.....	199.832	(8.378) (d)	-	-	-	-	191.454
Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro.....	-	51.758 (c)	-	-	-	-	51.758
Pessoal e Encargos Sociais.....	18.329	-	-	-	-	-	18.329
Provisão Trabalhista.....	56.360	-	-	-	-	-	56.360
Impostos, Taxas e Contribuições.....	15.636	-	-	-	-	-	15.636
Tributos Parcelados.....	17.490	-	-	-	-	-	17.490
Contas a Pagar.....	12.274	-	-	-	-	-	12.274
Receitas Diferidas.....	19	-	-	-	-	-	19
<b>Total do passivo circulante.....</b>	<b>319.940</b>	<b>43.380</b>					<b>363.320</b>
<b>Passivo não circulante</b>							
Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro.....	-	850.804 (c)	-	-	-	-	850.804
Tributos Parcelados.....	41.474	-	-	-	-	-	41.474
Outros Valores a Pagar.....	913	-	-	-	-	-	913
Convênio CPTM/RFFSA.....	25.330	-	-	-	-	-	25.330
CBTU - Cisão.....	15.852	-	-	-	-	-	15.852
Provisões para Contingências.....	405.077	-	-	-	-	-	405.077
Provisões para Benef. a Empregados.....	93.519	-	-	-	-	-	93.519
Passivos Futuros - FIDC.....	30.016	-	-	-	-	-	30.016
Receitas Diferidas.....	20.050	-	-	-	-	-	20.050
Bens Cedidos do METRÔ - Extensão Leste.....	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total do passivo não circulante.....</b>	<b>632.231</b>	<b>850.804</b>					<b>1.483.035</b>
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital Social.....	6.629.676	-	-	-	-	-	6.629.676
Reservas de Capital.....	157	-	-	-	-	-	157
Reservas de Reavaliação.....	1.136.853	-	-	-	-	(386.530) (j)	750.323
Ajuste de avaliação patrimonial.....	-	-	7.572 (g)	-	-	-	7.572
Lucros/Prejuízos Acumulados.....	(4.331.662)	(53.112) (e)	(9.250) (f)	(7.572) (g)	(4.521) (h)	386.530 (j)	(4.133.497)
<b>Total do Patrimônio Líquido.....</b>	<b>3.435.024</b>	<b>(53.112)</b>	<b>(9.250)</b>		<b>(4.521)</b>		<b>3.254.231</b>
<b>Adiantamentos para Aumento de Capital.....</b>	<b>4.347.628</b>						<b>4.347.628</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido.....</b>	<b>7.782.652</b>	<b>(53.112)</b>	<b>(9.250)</b>		<b>(4.521)</b>		<b>7.601.859</b>
<b>Total.....</b>	<b>8.734.823</b>	<b>841.072</b>	<b>(9.250)</b>		<b>(4.521)</b>		<b>9.448.214</b>

	Ativo						
	31 de dezembro de 2013						
	Original	Ajuste 1 Arrendamento Mercantil	Ajuste 2 Benefício a empregados	Ajuste 3 Depreciação	Ajuste 4 Baixa de bens	Ajuste 5 Imposto diferido	Reapresentado
<b>Ativo circulante</b>							
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	93.106	-	-	-	-	-	93.106
Contas a Receber de Clientes.....	9.584	-	-	-	-	-	9.584
Impostos a Recuperar.....	21.540	-	-	-	-	-	21.540
Adiantamentos a Empregados.....	11.094	-	-	-	-	-	11.094
Adiantamentos a Fornecedores.....	16.594	-	-	-	-	-	16.594
Indenizações Trabalhistas a Reembolsar.....	1.624	-	-	-	-	-	1.624
Outros Valores Realizáveis.....	12.127	-	-	-	-	-	12.127
Estoques.....	109.247	-	-	-	-	-	109.247
<b>Total do ativo circulante.....</b>	<b>274.916</b>						<b>274.916</b>
<b>Ativo não circulante</b>							
<b>Realizável a longo prazo.....</b>	<b>281.664</b>						<b>281.664</b>
Contas a Receber de Clientes.....	7.955	-	-	-	-	-	7.955
Depósitos Judiciais e Recursais.....	230.143	-	-	-	-	-	230.143
Outros Créditos.....	24.047	-	-	-	-	-	24.047
Convênio CPTM/ERMAP.....	19.519	-	-	-	-	-	19.519
<b>Investimento.....</b>	<b>149</b>						<b>149</b>
<b>Imobilizado.....</b>	<b>9.356.378</b>	<b>740.203</b>	<b>(31.438)</b>	<b>(10.642)</b>	<b>(118.680)</b>		<b>9.935.821</b>
Imobilizado em Uso/Andamento.....	7.364.067	740.203 (a)	(31.438) (b)	(10.642) (h)	(118.680) (i)	-	7.943.510
Imobilizado Líquido - Extensão Leste.....	696.820	-	-	-	-	-	696.820
Imobilizado Linha 5 Lilás.....	1.295.491	-	-	-	-	-	1.295.491
<b>Intangível.....</b>	<b>17.862</b>						<b>17.862</b>
<b>Total do ativo não circulante.....</b>	<b>9.656.053</b>	<b>740.203</b>	<b>(31.438)</b>	<b>(10.642)</b>	<b>(118.680)</b>		<b>10.235.496</b>
<b>Total.....</b>	<b>9.930.969</b>	<b>740.203</b>	<b>(31.438)</b>		<b>(118.680)</b>		<b>10.510.412</b>

	Passivo						
	31 de dezembro de 2013						
	Original	Ajuste 1 Arrendamento Mercantil	Ajuste 2 Benefício a empregados	Ajuste 3 Depreciação	Ajuste 4 Baixa de bens	Ajuste 5 Imposto diferido	Reapresentado
<b>Passivo circulante</b>							
Fornecedores.....	135.362	(8.715) (d)	-	-	-	-	126.647
Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro.....	-	53.714 (c)	-	-	-	-	53.714
Pessoal e encargos sociais.....	22.934	-	-	-	-	-	22.934
Provisão trabalhista.....	67.555	-	-	-	-	-	67.555
Impostos, taxas e contribuições.....	14.060	-	-	-	-	-	14.060
Tributos parcelados.....	17.802	-	-	-	-	-	17.802
Contas a pagar.....	14.570	-	-	-	-	-	14.570
Receitas diferidas.....	3.515	-	-	-	-	-	3.515
<b>Total do passivo circulante.....</b>	<b>275.798</b>	<b>44.999</b>					<b>320.797</b>
<b>Passivo não circulante</b>							
Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro.....	-	824.742 (c)	-	-	-	-	824.742
Tributos parcelados.....	37.958	-	-	-	-	-	37.958
Outros valores a pagar.....	16.111	-	-	-	-	-	16.111
Convênio CPTM/RFFSA.....	25.330	-	-	-	-	-	25.330
CBTU - Cisão.....	15.852	-	-	-	-	-	15.852
Provisões para contingências.....	583.940	-	-	-	-	-	583.940
Provisões para Benef. a Empregados.....	306.478	-	-	-	-	-	306.478
Passivos Futuros - FIDC.....	4.288	-	-	-	-	-	4.288
Receitas diferidas.....	11.929	-	-	-	-	-	11.929
Bens Cedidos do METRÔ - Extensão Leste.....	696.820	-	-	-	-	-	696.820
<b>Total do passivo não circulante.....</b>	<b>1.698.706</b>	<b>824.742</b>					<b>2.523.448</b>
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social.....	11.328.779	-	-	-	-	-	11.328.779
Reservas de capital.....	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de reavaliação.....	1.057.522	-	-	-	-	(359.558) (j)	697.964
Ajuste de avaliação patrimonial.....	-	-	(145.906) (g)	-	-	-	(145.906)
Lucros/prejuízos acumulados.....	(4.759.751)	(129.538) (e)	(31.438) (f)	145.906 (g)	(10.642) (h)	359.558 (j)	(4.544.585)
<b>Total do Patrimônio Líquido.....</b>	<b>7.626.550</b>	<b>(129.538)</b>	<b>(31.438)</b>		<b>(118.680)</b>		<b>7.336.252</b>
<b>Adiantamentos para Aumento de Capital.....</b>	<b>329.915</b>						<b>329.915</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido.....</b>	<b>7.956.465</b>	<b>(129.538)</b>	<b>(31.438)</b>		<b>(118.680)</b>		<b>7.666.167</b>
<b>Total.....</b>	<b>9.930.969</b>	<b>740.203</b>	<b>(31.438)</b>		<b>(118.680)</b>		<b>10.510.412</b>

- (a) Reconhecimento contábil dos trens objeto de arrendamento mercantil. Este valor corresponde ao valor presente da operação, que representa o custo dos trens reconhecidos.  
(b) Reconhecimento contábil dos trens objeto de arrendamento mercantil. Este valor corresponde à depreciação dos trens reconhecidos.  
(c) Reconhecimento contábil do passivo de arrendamento mercantil, passivo este atualizado pela taxa de juros da operação que é reconhecida no resultado pelo regime de competência.  
(d) Transferência de saldo de uma contraprestação a pagar da rubrica de Fornecedores para passivo de arrendamento mercantil.  
(e) Efeito no patrimônio líquido por conta do reconhecimento dos saldos de despesa com juros e correção monetária sobre o passivo de arrendamento mercantil.  
(f) Efeito no patrimônio líquido por conta do reconhecimento dos saldos de despesa com depreciação sobre o ativo imobilizado.  
(g) Transferência das remensurações do valor líquido de ativo e passivo referente ao plano de benefício definido da rubrica de lucros acumulados para ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.  
(h) Reconhecimento de depreciação acumulada sobre ativos anteriormente registrados como imobilizado em andamento e transferidos para imobilizado em operação.  
(i) Reconhecimento como despesa de bens anteriormente registrados como imobilizado em andamento.  
(j) Reconhecimento de ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e reserva de avaliação, respectivamente.

	31 de dezembro de 2013						
	Demonstração do resultado dos exercícios						
	Original	Ajuste 1 Arrendamento Mercantil	Ajuste 2 Benefício a empregados	Ajuste 3 Depreciação	Ajuste 4 Baixa de bens	Ajuste 5 Imposto diferido	Reapresentado
<b>Receita líquida.....</b>	<b>1.969.045</b>						<b>1.969.045</b>
Custo dos serviços prestados.....	(1.623.497)	(22.187) (a)	(45.642) (c)	(6.121) (d)	(1.804) (e)	-	(1.699.251)
<b>Lucro bruto.....</b>	<b>345.548</b>						<b>269.794</b>
Despesas administrativas.....	(753.267)	-	199.120 (c)	-	(2.966) (e)	-	(557.113)
Outras receitas e despesas das operações continuadas.....	(88.434)	-	-	-	-	-	(88.434)
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras.....</b>	<b>(496.153)</b>						<b>(375.753)</b>
Receitas financeiras líquidas.....	142.528	-	-	-	-	-	142.528
Despesas financeiras líquidas.....	(153.795)	(76.427) (b)	-	-	-	-	(230.222)
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....</b>	<b>(507.420)</b>	<b>(98.614)</b>	<b>153.478</b>	<b>(6.121)</b>	<b>(4.770)</b>		<b>(463.447)</b>
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social.....	-	-	-	-	-	(26.972) (f)	(26.972)
<b>Resultado líquido do exercício.....</b>	<b>(507.420)</b>	<b>(98.614)</b>	<b>153.478</b>	<b>(6.121)</b>	<b>(4.770)</b>	<b>(26.972)</b>	<b>(490.419)</b>

- (a) Reconhecimento da despesa com depreciação sobre os trens objeto do arrendamento mercantil financeiro.  
(b) Reconhecimento da despesa com juros e correção monetária sobre o saldo de passivo do arrendamento mercantil.  
(c) Reconhecimento líquido do estorno de despesa com provisão, despesa com contribuições da patrocinadora e reconhecimento do custo do serviço corrente e custo dos juros líquidos de ativos e passivos do plano de benefício definido.  
(d) Reconhecimento da despesa de depreciação pela reclassificação de ativos registrados anteriormente como imobilizado em andamento para imobilizado em operação.  
(e) Reconhecimento como despesa de bens anteriormente registrados como imobilizado em andamento.  
(f) Reconhecimento de despesa com reversão de ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais.

	31 de dezembro de 2013						
	Demonstração dos resultados abrangentes						
	Original	Ajuste 1 Arrendamento Mercantil	Ajuste 2 Benefício a empregados	Ajuste 3 Depreciação	Ajuste 4 Baixa de bens	Ajuste 5 Imposto diferido	Reapresentado
<b>Resultado líquido do período.....</b>	<b>(507.420)</b>	<b>(22.187) (a)</b>	<b>(76.427) (b)</b>	<b>153.478 (c)</b>	<b>(6.121) (d)</b>	<b>(4.770) (e)</b>	<b>(490.419)</b>
Remensurações em obrigações de benefício pós emprego.....	-	-	-	(153.478) (c)	-	-	(153.478)
<b>Total do resultado abrangente do período.....</b>	<b>(507.420)</b>	<b>(22.187)</b>	<b>(76.427)</b>		<b>(6.121)</b>	<b>(4.770)</b>	<b>(643.897)</b>

- (a) Reconhecimento da despesa com depreciação sobre os trens objeto do arrendamento mercantil financeiro.  
(b) Reconhecimento da despesa com juros e correção monetária sobre o saldo de passivo do arrendamento mercantil.  
(c) Reconhecimento líquido do estorno de despesa com provisão, despesa com contribuições da patrocinadora e reconhecimento do custo do serviço corrente e custo dos juros líquidos de ativos e passivos do plano de benefício definido.  
(d) Reconhecimento da despesa de depreciação pela reclassificação de ativos registrados anteriormente como imobilizado em andamento para imobilizado em operação.  
(e) Reconhecimento como despesa de bens anteriormente registrados como imobilizado em andamento.  
(f) Reconhecimento de despesa com reversão de ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais.





# GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 - (Valores expressos em reais mil)

31 de dezembro de 2013

	Demonstração dos fluxos de caixa													
	Original	Ajuste 1		Ajuste 2		Ajuste 3		Ajuste 4		Ajuste 5	Reclassificação	Reapresentado		
		Arrendamento	Mercantil	Benefício a empregados	Depreciação	Baixa de bens	Imposto diferido							
<b>1. Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>														
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício.....	(507.420)	(22.187)	(a) (76.427)	(b)	153.478	(c)	(6.121)	(d)	(4.770)	(e)	(26.972)	(i)	-	(490.419)
Depreciação / amortização.....	194.662	22.187	(a)	-	-	-	6.121	(d)	-	-	-	-	-	222.970
Provisões.....	453.561	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(453.561)	-
Redução ao Valor Recuperável - Contas a Receber de Clientes.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	490	490
Redução ao Valor Recuperável - Outros Ativos.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.132	1.132
Provisão - Contingências Trabalhistas e Cíveis.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	327.612	327.612
Reversão - Contingências Trabalhistas e Cíveis.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(100.203)	(100.203)
Provisão - previdenciárias.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	572	572
Despesa com Previdência Privada.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	212.959	59.481
Baixa do Ativo Imobilizado.....	331	-	-	-	-	-	-	-	4.770	(e)	-	-	-	5.101
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26.972	(i)	-	26.972
<b>(=) Lucro (prejuízo) líquido ajustado.....</b>	<b>141.134</b>	<b>-</b>	<b>(76.427)</b>										<b>(10.999)</b>	<b>53.708</b>
<b>(Acréscimo) / decréscimo do ativo circulante e não circulante</b>														
Conta a Receber de Clientes.....	(7.915)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.132)	(10.047)
Impostos a Recuperar.....	(13.616)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.616)
Adiantamentos a Empregados.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.412)	(1.412)
Adiantamentos a Fornecedores.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.503)	(3.503)
Indenizações Trabalhistas a Reembolsar.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.555	6.555
Estoques.....	2.217	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.217
Depósitos Judiciais e Recursais.....	(84.121)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(84.122)
Outros ativos.....	(4.457)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	295	(4.162)
<b>Acréscimo/(decrécimo) do passivo circulante e não circulante</b>														
Fornecedores.....	(64.470)	(337)	(f)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(64.806)
Pessoal e Encargos Sociais.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.605	4.605
Provisão trabalhista.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.195	11.195
Impostos, Taxas e Contribuições.....	(1.576)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.576)
Tributos parcelados.....	(4.349)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.349)
Contingências liquidadas.....	(49.120)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(49.120)
Receitas diferidas.....	2.852	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.477)	(4.625)
Bens Cedidos - METRÔ (Extensão Leste).....	696.820	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	696.820
Desapropriação indireta.....	14.956	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.956)	-
Outros passivos.....	8.415	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.225	18.640
<b>(=) Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais.....</b>	<b>636.770</b>	<b>(337)</b>	<b>(76.427)</b>										<b>(7.605)</b>	<b>552.402</b>
<b>2. Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>														
Aquisição para o Ativo Imobilizado.....	(1.237.019)	100.869	(g)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.136.150)
<b>(=) Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos.....</b>	<b>(1.237.019)</b>	<b>100.869</b>												<b>(1.136.150)</b>
<b>3. Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>														
Valor Recebido a Título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.....	681.442	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	681.442
Reclassificação Contábil - Devolução de Recursos ao GESP.....	(209)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(209)
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - FIDC/NP.....	(33.333)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.605	(25.728)
Pagamento de Arrendamento Mercantil Financeiro.....	-	(24.106)	(h)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.106)
<b>(=) Total das atividades de financiamentos.....</b>	<b>647.900</b>	<b>(24.106)</b>											<b>7.605</b>	<b>631.399</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa.....</b>	<b>47.651</b>													<b>47.651</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa no início do período.....</b>	<b>45.455</b>													<b>45.455</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa no fim do período.....</b>	<b>93.106</b>													<b>93.106</b>

- (a) Reconhecimento da despesa com depreciação sobre os trens objeto do arrendamento mercantil financeiro.  
 (b) Reconhecimento da despesa com juros e correção monetária sobre o saldo de passivo do arrendamento mercantil.  
 (c) Reconhecimento líquido do estorno de despesa com provisão, despesa com contribuições da patrocinadora e reconhecimento do custo do serviço corrente e custo dos juros líquidos de ativos e passivos do plano de benefício definido.  
 (d) Reconhecimento da despesa de depreciação pela reclassificação de ativos registrados anteriormente como imobilizado em andamento para imobilizado em operação.  
 (e) Reconhecimento como despesa de bens anteriormente registrados como imobilizado em andamento.  
 (f) Transferência de saldo de uma contraprestação a pagar da rubrica de Fornecedores para passivo de arrendamento mercantil.  
 (g) Reconhecimento contábil dos trens objeto de arrendamento mercantil. Este valor corresponde ao valor presente da operação, que representa o custo dos trens reconhecidos.  
 (h) Reconhecimento contábil do passivo de arrendamento mercantil, passivo este atualizado pela taxa de juros da operação que é reconhecida no resultado pelo regime de competência.  
 (i) Reconhecimento de despesa com reversão de ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais.

31 de dezembro de 2013

	Demonstração do valor adicionado							
	Original	Ajuste 1	Ajuste 3	Ajuste 4	Ajuste 5	Reapresentado		
	Arrendamento	Depre-	Baixa	Imposto				
	Mercantil	ciação	de bens	diferido				
<b>Receitas</b> .....	<b>1.991.559</b>	-	-	-	-	<b>1.991.559</b>		
Receita operacional tarifária.....	1.159.260	-	-	-	-	1.159.260		
Subvenção recebida para operação.....	772.190	-	-	-	-	772.190		
Outras receitas.....	61.731	-	-	-	-	61.731		
Provisão para perda de créditos - ativos financeiros.....	(1.622)	-	-	-	-	(1.622)		
<b>Insumos adquiridos de terceiros (1.372.541)</b>	<b>(1.372.541)</b>	<b>(22.187)</b>	<b>153.478</b>	<b>(4.770)</b>	<b>(4.770)</b>	<b>(1.246.020)</b>		
Custos dos serviços prestados.....	(701.135)	(22.187)	(a)	(45.642)	(c)	-	(768.964)	
Matérias, energia, serviços de terceiros e outros.....	(671.406)	-	199.120	(c)	-	(4.770)	(e)	(477.056)
<b>Valor adicionado bruto.....</b>	<b>619.018</b>	<b>(22.187)</b>	<b>153.478</b>	<b>(6.121)</b>	<b>(4.770)</b>	<b>-</b>	<b>745.539</b>	
<b>Depreciação e amortização.....</b>	<b>(194.662)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.121)</b>	<b>(d)</b>	<b>-</b>	<b>(200.783)</b>	
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade.....</b>	<b>424.356</b>	<b>(22.187)</b>	<b>153.478</b>	<b>(6.121)</b>	<b>(4.770)</b>	<b>-</b>	<b>544.756</b>	
<b>Valor adicionado recebido em transferência.....</b>	<b>142.528</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>142.528</b>	
Receitas financeiras.....	142.528	-	-	-	-	-	142.528	
<b>Valor adicionado total a distribuir.....</b>	<b>566.884</b>	<b>(22.187)</b>	<b>153.478</b>	<b>(6.121)</b>	<b>(4.770)</b>	<b>-</b>	<b>687.284</b>	
<b>Distribuição do valor adicionado.....</b>	<b>566.884</b>	<b>(22.187)</b>	<b>153.478</b>	<b>(6.121)</b>	<b>(4.770)</b>	<b>-</b>	<b>687.284</b>	
<b>Pessoal.....</b>	<b>744.068</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>744.068</b>	
Remuneração direta.....	602.851	-	-	-	-	-	602.851	
Benefícios.....	103.413	-	-	-	-	-	103.413	
FGTS.....	37.804	-	-	-	-	-	37.804	
<b>Impostos, taxas e contribuições.....</b>	<b>171.608</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>26.972</b>	<b>-</b>	<b>198.580</b>	
Federais.....	170.587	-	-	-	26.972	(f)	197.559	
Estaduais.....	908	-	-	-	-	-	908	
Municipais.....	113	-	-	-	-	-	113	
<b>Remuneração de capitais de terceiros.....</b>	<b>158.628</b>	<b>76.427</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>235.055</b>	
Juros.....	153.795	76.427	(b)	-	-	-	230.222	
Aluguéis.....	4.833	-	-	-	-	-	4.833	
<b>Lucros retidos / prejuízo do exercício.....</b>	<b>(507.420)</b>	<b>(98.614)</b>	<b>153.478</b>	<b>(6.121)</b>	<b>(4.770)</b>	<b>(26.972)</b>	<b>(490.419)</b>	

- (a) Reconhecimento da despesa com depreciação sobre os trens objeto do arrendamento mercantil financeiro.  
 (b) Reconhecimento da despesa com juros e correção monetária sobre o saldo de passivo do arrendamento mercantil.  
 (c) Reconhecimento líquido do estorno de despesa com provisão, despesa com contribuições da patrocinadora e reconhecimento do custo do serviço corrente e custo dos juros líquidos de ativos e passivos do plano de benefício definido.  
 (d) Reconhecimento da despesa de depreciação pela reclassificação de ativos registrados anteriormente como imobilizado em andamento para imobilizado em operação.  
 (e) Reconhecimento como despesa de bens anteriormente registrados como imobilizado em andamento.  
 (f) Reconhecimento da despesa com reversão de ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais.

### 2.4. Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimentos, compreendem Disponibilidades e Aplicações de Liquidez Imediata, classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

### 2.5. Contas a receber

Contas a receber são registradas pelo valor líquido estimado realizável e não incluem juros. A provisão estimada para perdas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no histórico de inadimplência e análise individual dos créditos, em montante considerado suficiente pela Administração para a cobertura de perdas na realização das contas a receber.

### 2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

#### (i) Ativos Financeiros

**Reconhecimento inicial e mensuração**  
 Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda, conforme a situação.

**Ativos Financeiros a Valor Justo Por Meio do Resultado**  
 Os ativos classificados como ao valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos e subsequentemente avaliados pelo valor justo. Todas as mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do período.

#### 1. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

As operações de empréstimos e recebíveis são mensuradas inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à operação, e subsequentemente avaliados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

#### 2. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são ativos com pagamentos financeiros ou determináveis e vencimento fixado, que a CPTM tem intenção e capacidade de manter até o vencimento, e que não são classificados pelo valor justo contra resultado nem como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

#### 3. Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados em outras categorias de ativos financeiros. Todos os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. Os ajustes decorrentes no valor justo são reconhecidos em componente do resultado abrangente, líquido de efeitos tributários, com exceção das perdas por redução do valor recuperável os quais são reconhecidas no resultado, ou em caso de reclassificação, mesmo se o ativo financeiro não tiver sido baixado.

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, em valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis (vide Nota 21).

#### (ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir: i) indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante; ii) probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira; iii) "default" ou atraso de pagamento de juros ou principal; iv) e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com "defaults". O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

#### (iii) Passivos financeiros

**Reconhecimento inicial e mensuração**  
 Passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros sendo inicialmente reconhecidos a valor justo e acrescidos do custo da transação diretamente relacionado, quando aplicável.

Posteriormente, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. As despesas com juros e encargos são reconhecidas na demonstração do resultado pelo regime de competência.

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, em outros passivos financeiros (ao custo amortizado) - vide Nota 21.

#### (iv) Mensuração ao valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser negociado ou um passivo liquidado entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa, na data de balanço.

Quando disponível, a CPTM determina o valor justo de seus ativos e passivos financeiros com base nos preços cotados no mercado

ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações justas entre partes independentes.

#### (v) Técnicas de avaliação de valor justo

Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

- Mensurações de valor justo de Nível 1 determinadas com base em cotações públicas em mercados ativos;
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (com preços) ou indiretamente (com base em preços); e
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas internas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31/12/2014 e 31/12/2013 não houve instrumentos financeiros mensurados a valor justo agrupados no nível 3. A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 e a hierarquia de valor justo:

Descrição	20
-----------	----





# GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 - (Valores expressos em reais mil)

Em 31 de dezembro de 2013, em decorrência de estudos mais aprofundados, o trecho intitulado Linha 5 - Lilás foi reclassificado do Grupo Investimentos para Grupo Imobilizado no Balanço Patrimonial, não tendo sido atualizada sua depreciação no referido exercício, no aguardo da permuta dos bens, cujo processo está encaminhado junto aos órgãos competentes estaduais.

Descrição	De xapreciação	Saldo em 31/12/2013	Transferência no Período	Saldo em 31/12/2014
Terrenos e Leito de Linha.....	-	102.491	(98)	102.393
Via Permanente, Edifícios, Instalações.....	1,25% a 3,33%	1.120.643	-	1.120.643
Equipamentos de Transportes Ferroviários.....	3,33% a 5%	1.500	-	1.500
Trens Unidades Elétricos.....	2,50%	280.012	-	280.012
Outros Equipamentos de Transporte.....	10%	30.717	-	30.717
Equipamentos, Máquinas e Ferramentas.....	10%	30.591	-	30.591
<b>Subtotal</b> .....		<b>1.565.954</b>	<b>(98)</b>	<b>1.565.856</b>
Depreciação Acumulada.....		(270.463)	-	(270.463)
<b>Total</b> .....		<b>1.295.491</b>	<b>(98)</b>	<b>1.295.393</b>

<sup>1</sup> Transferência para o Grupo Ativo Imobilizado em Uso/Operação (Nota 13.1)

Neste contexto, caso a depreciação não tivesse sido suspensa a partir de 31 de dezembro de 2012, os valores dos bens referentes à Linha 5 - Lilás do METRO seriam os seguintes:

Descrição	Custo incorrido	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2014
Terrenos e Leito de Linha <sup>1</sup> .....	102.393	-	102.393
Via Permanente, Edifícios, Instalações.....	1.120.643	(243.865)	876.778
Equipamentos de Transportes Ferroviários.....	1.500	(429)	1.071
Trens Unidades Elétricos.....	280.012	(62.886)	217.126
Outros Equipamentos de Transporte.....	30.717	(13.770)	16.947
Equipamentos, Máquinas e Ferramentas.....	30.591	(27.360)	3.231
<b>Total</b> .....	<b>1.565.856</b>	<b>(348.310)</b>	<b>1.217.546</b>

<sup>1</sup> Durante o exercício 2014 houve movimentação no Grupo Terrenos e Leito da Linha, a qual resultou no decréscimo do respectivo Custo Incorrido no valor de R\$ 98.

Descrição	Custo incorrido	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2013
Terrenos e Leito de Linha.....	102.491	-	102.491
Via Permanente, Edifícios, Instalações.....	1.120.643	(216.587)	904.056
Equipamentos de Transportes Ferroviários.....	1.500	(379)	1.121
Trens Unidades Elétricos.....	280.012	(55.886)	224.126
Outros Equipamentos de Transporte.....	30.717	(12.234)	18.483
Equipamentos, Máquinas e Ferramentas.....	30.591	(24.301)	6.290
<b>Total</b> .....	<b>1.565.954</b>	<b>(309.387)</b>	<b>1.256.567</b>

#### 2.10. Intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultem de um direito legal ou outro tipo de contrato que dê à CPTM o controle efetivo do ativo. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros.

#### (i) Softwares

Os softwares adquiridos pela CPTM são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e, quando aplicável, das perdas por impairment.

Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil de 10 anos para o sistema de bilheteria eletrônica e 5 anos para os demais softwares, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

#### (ii) Softwares em desenvolvimento

Referem-se basicamente ao contrato com a PRODESP referente a implantação e prestação de serviços técnicos especializados de informática, para implantação de um sistema integrado, cujo saldo contábil reflete o custo incorrido para desenvolvimento.

Por ser um ativo intangível com vida útil indefinida não são amortizados.

#### 2.11. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM revisa o valor contábil de seus ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a CPTM calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

O estudo relativo à redução ao valor recuperável de ativos demonstrou que não há indícios de que os ativos estão registrados contabilmente por valor que exceda seu valor de recuperação.

#### 2.12. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e demais encargos incidentes sobre as mesmas, sendo a receita decorrente da bilheteria auferida pela venda e as demais pelo regime de competência.

#### 2.13. Provisões para contingências

Provisões são reconhecidas quando a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação;
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis, reconhecidas com base na avaliação de risco da Administração.

#### 2.14. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da "Companhia" e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a "Companhia" possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### 2.15. Previdência Privada - REFER

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos mantém plano de Previdência Privada junto à Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER nos termos da Nota 19.

#### 2.16. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais tem como finalidade oferecer suporte financeiro imediato à CPTM (repasses de recursos financeiros realizados pelo Governo do Estado de São Paulo para complemento de cobertura das necessidades operacionais e de investimentos da CPTM), de acordo com a Lei nº 15.265 de 26/12/2013, sem custos futuros correspondentes, são reconhecidas no resultado do período em que forem recebidas.

#### 2.17. Adoção dos pronunciamentos do CPC novos e revisados

**Alterações aos CPCs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente**

No exercício corrente, a CPTM aplicou diversas emendas e novas interpretações aos pronunciamentos emitidos pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2014.

Alterações às IFRS 10/CPC 36 (R3), IFRS 12/CPC 45 e IAS 27/CPC 35 (R2) - Entidades de Investimento

A CPTM aplicou as alterações aos CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 35 (R2) pela primeira vez no exercício corrente. As alterações do CPC 36 (R3) definem uma entidade de investimento e requer que uma entidade que atenda à definição de Entidade de Investimento não consolide suas subsidiárias, mas sim avale as suas subsidiárias pelo seu valor justo com reflexo no resultado do exercício em suas Demonstrações contábeis consolidadas e separadas.

Para se qualificar como uma entidade de investimento, a controladora deve atender todos os seguintes critérios:

- Obter recursos de um ou mais investidores com o intuito de prestar a esses investidores serviços de gestão de investimento.
- Comprometer-se com os seus investidores no sentido de que seu propósito comercial é investir recursos exclusivamente para retornos de valorização do capital, receitas de investimentos ou ambos.
- Mensurar e avaliar o desempenho de substancialmente todos os seus investimentos com base no valor justo.

Como consequência às alterações do CPC 36 (R3), foram efetuadas alterações aos CPC 45 CPC 35 (R2) para introduzir novos requerimentos de divulgação para entidades de investimento.

Como a Companhia não é uma entidade de investimento (utilizando os critérios definidos pelo CPC 36 (R3) a partir de janeiro de 2014), a aplicação dos ajustes não trouxe impactos nas divulgações ou nos montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis da CPTM.

#### Alterações ao CPC 39 - Apresentação de Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos Líquidos

O Grupo aplicou o CPC 39 pela primeira vez no exercício atual. Os ajustes do CPC 39 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. Especificamente, a emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente".

A CPTM avaliou se certos ativos financeiros e passivos financeiros se qualificam para a compensação baseando-se pelos critérios das alterações da norma e concluiu não existirem impactos nas suas demonstrações contábeis.

#### Alterações ao CPC 01 (R1) - Divulgação de Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros

A CPTM aplicou as alterações do CPC 01 (R1) pela primeira vez no exercício atual. As alterações do IAS 36/CPC 01 (R1) retiram os requerimentos de divulgar o montante recuperável de uma unidade geradora de caixa para a qual o ágio de expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou outro ativo intangível com vida útil indefinida tenha sido alocado quando não tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo ou reversão de redução ao valor recuperável relacionado a essa unidade geradora de caixa. Adicionalmente, esses ajustes introduziram divulgações adicionais aplicáveis para quando o valor recuperável de um ativo ou uma unidade geradora de caixa é mensurado pelo valor justo menos custos de alienação. Esses novos requerimentos de divulgação incluem a hierarquia do valor justo, as premissas chave e técnicas de valorização utilizadas, que estão em linha com as divulgações requeridas pelo CPC 46- Mensuração do Valor Justo.

A aplicação dessas alterações não teve impactos nas Demonstrações contábeis da CPTM.

#### Alterações ao CPC 38 - Novação de Derivativos e Continuidade de Contabilidade de Hedge

A CPTM aplicou as alterações do CPC 38 referente à Novação de Derivativos e Continuidade de Contabilidade de Hedge (*Hedge Accounting*) pela primeira vez no exercício atual. As alterações ao CPC 38 retiram a obrigatoriedade de descontinar a contabilidade de hedge quando um derivativo designado como instrumento de hedge é renovado sob determinadas circunstâncias. A alteração também esclarece que qualquer mudança no valor justo do derivativo designado como instrumento de hedge derivativo que ocorra em decorrência da novação deve ser incluída na avaliação e mensuração da efetividade do hedge.

Como a CPTM não possui nenhum derivativo, a aplicação dessas alterações não apresentaram impactos nas divulgações ou nos montantes reconhecidos nas suas Demonstrações contábeis.

#### ICPC 19 - Tributos

A interpretação ICPC 19 - Tributos endereça o momento de reconhecer um passivo decorrente da obrigação de pagamento de tributos impostos. A interpretação define tributos e especifica que o fato gerador da obrigação é a atividade que resulta em pagamento do tributo, conforme definido na legislação. A interpretação disponibiliza instruções de como diferentes acordos tributários devem ser contabilizados e, principalmente esclarece que o aproveitamento de uma vantagem econômica ou questões de continuidade na preparação das demonstrações contábeis não implicam em uma obrigação presente da companhia em pagar um tributo cujo fato gerador ocorrerá em uma operação futura.

A aplicação dessa interpretação não trouxe impactos nos montantes reconhecidos nas suas Demonstrações contábeis.

#### Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

#### IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida)

O IFRS 9 emitida em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. O IFRS 9 foi alterado em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão do IFRS 9 foi emitida em julho de 2014 e incluiu, principalmente a) requerimentos de impairment para ativos financeiros e b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVTOCI) para alguns instrumentos de dívida simples. O IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo do IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que são mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes. Instrumentos de dívida mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e possuírem termos contratuais do ativo financeiro estabelecendo dados para fluxos de caixa unicamente de pagamentos de principal e juros sobre o principal remanescente, são mensurados a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVTOCI). Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes. Adicionalmente, de acordo com o IFRS 9, as entidades podem optar, de forma irrevogável, por apresentar as alterações subsequentes ao valor justo de um investimento patrimonial (não mantido para negociação) em outros resultados abrangentes, sendo somente a receita de dividendos reconhecida no resultado.

O efeito mais significativo do IFRS 9 relacionado à classificação e mensuração de passivos financeiros refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Especificamente, de acordo com o IFRS 9, com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em "Outros resultados abrangentes", a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em "Outros resultados abrangentes" resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com o IAS 39 e o CPC 38, o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo através do resultado era reconhecido no resultado.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

Os novos requerimentos gerais para contabilidade de hedge mantiveram os três tipos de mecanismos de contabilização presentes do IAS 39/CPC 38. O IFRS 9 traz maior flexibilidade para quais tipos de transação são elegíveis para a contabilidade de hedge, especialmente expandindo dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumento de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis para a contabilidade de hedge. Adicionalmente, o teste de efetividade foi descontinuado e substituído pelo princípio da "relação econômica". Avaliação retrospectiva da efetividade também não é mais requerida. Ainda, foram introduzidas melhorias nos requerimentos de divulgação da administração dos riscos da entidade.

Não é possível fornecer estimativa razoável dos efeitos sobre as demonstrações contábeis até que a Administração efetue uma revisão detalhada da nova norma.

#### IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida)

Em maio de 2014, o IFRS 15 foi emitido e estabeleceu um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. O IFRS 15 irá substituir o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetivo. Os princípios fundamentais do IFRS 15 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- Passo 2: Identificar a obrigação definida no contrato.
- Passo 3: Determinar o preço da transação.
- Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de performance do contrato.
- Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou se) a empresa cumprir as obrigações de performance.

Com o IFRS 15, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente. Um guia muito mais detalhado é fornecido pelo IFRS 15 para atender a cenários específicos. O IFRS 15 vai requerer um maior detalhamento nas divulgações.

A Administração da CPTM acredita que a aplicação dessas alterações ao IFRS 15 não terão impactos materiais nas suas demonstrações contábeis.

#### Alterações ao CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida)

As alterações ao CPC 19 (R2) fornecem instruções de como contabilizar a aquisição de um negócio em conjunto que constitua um "negócio", conforme a definição dada pelo CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios. Especificamente, as alterações estabelecem que os princípios relevantes na contabilização de uma combinação de negócios sob o CPC 15 (R1) e outras normas (como o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos no que se refere ao teste de recuperabilidade de uma unidade geradora de caixa para a qual o goodwill originado na aquisição de um negócio em conjunto foi alocado) devem ser aplicados. Os mesmos requerimentos devem ser aplicados na formação de um negócio em conjunto se, e apenas se um negócio previamente existente é beneficiado pela combinação de negócios em uma das partes que participa da combinação de negócios. Um negócio em conjunto também requer que sejam divulgadas as informações relevantes requeridas pelo CPC 15 (R1) e outras normas de combinação de negócios.

As alterações do CPC 19 (R2) aplicam-se prospectivamente para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.

A Administração da CPTM acredita que a aplicação dessas alterações ao CPC 19 (R2) não terão impactos materiais nas suas demonstrações contábeis.

#### Alterações aos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 04 (R1) - Esclarecimentos dos Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida)

As alterações ao CPC 27 proíbem as empresas a usarem o método de depreciação baseada na receita para itens do imobilizado. As alterações do CPC 04 (R1) introduzem a premissa refutável de que a receita não é uma base apropriada para determinar a amortização de um ativo intangível.

Essa premissa pode ser refutada apenas nas duas condições abaixo:

- Quando o ativo intangível for expressamente mensurado pela receita.
- Quando for possível demonstrar que a receita e os benefícios econômicos do ativo intangível são altamente correlacionados.

As alterações se aplicam prospectivamente para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016. Atualmente, da CPTM usa o método linear de depreciação e amortização para os seus ativos imobilizado e intangível respectivamente. Dessa forma, a Administração da Companhia acredita que a aplicação dessas alterações aos CPC 27 e CPC 04 (R1) não terão impactos materiais nas suas demonstrações contábeis.

#### Alterações aos CPC 27 - Ativo Imobilizado e IAS 41/CPC 29 - Agricultura: Plantas Produtivas (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida)

As alterações aos CPC 27 e CPC 29 trazem a definição de plantas produtivas que atendem à definição de plantas produtivas passíveis de contabilização como imobilizado de acordo com o CPC 27, ao invés do CPC 29. O bem em crescimento na planta produtiva continua a ser contabilizado de acordo com o CPC 29.

A aplicação dessas alterações aos CPC 27 e CPC 29 não terão impactos materiais nas demonstrações contábeis da CPTM, pois a Companhia não possui atividades agrícolas.

#### Alterações ao CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida)

As alterações ao CPC 33 (R1) esclarecem como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros para planos de benefício definido, dependendo se essas contribuições dependem do número de anos de serviços prestados pelo empregado.

Para contribuições que são independentes do número de anos de serviço, a entidade pode escolher entre reconhecer as contribuições como uma redução dos custos do serviço no decorrer do período em que o serviço é prestado, ou atribuí-las ao período de serviços do empregado usando o método de projeção de unidades de crédito; para as contribuições que dependem do número de anos de serviço, a entidade é requerida a atribuir as contribuições ao período de serviço do empregado.

Não é possível fornecer estimativa razoável dos efeitos sobre as demonstrações contábeis até que a Administração efetue uma revisão detalhada dessas alterações.

#### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Valores em Transito <sup>1</sup> .....	3.712	3.31
Bancos.....	9.032	10.974
Aplicações Financeiras.....	46.280	78.819
<b>Total</b> .....	<b>59.024</b>	<b>93.106</b>

<sup>1</sup> Referem-se a valores arrecadados nas estações da CPTM, cujo transporte e conferência do numerário é de responsabilidade de empresa transportadora de valores, contratada pela CPTM, para posterior depósito na conta corrente da CPTM, sendo este processo concluído em D+ 2, contada a partir da data da coleta de valores efetuada nas estações.

#### 4. Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar acumulam o montante de R\$ 22.322 em 2014 (R\$ 21.540 em 2013), preponderantemente imposto de renda retido na fonte, no montante de R\$ 19.546 (R\$ 19.979 em 2013), a ser aproveitado quando da apuração fiscal definitiva. Para o exercício de 2014, decorrentes de análises realizadas pela Administração, a Companhia identificou a necessidade de constituição de provisão para perda no valor de R\$ 475 (em 2013 não houve esta necessidade).

#### 5. Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos concedidos pela CPTM no montante de R\$ 16.022 em 2014 (R\$ 16.594 em 2013), referem-se a despesas aduaneiras e tributos de importação.

#### 6. Indenizações trabalhistas a reembolsar

O montante de R\$ 8.441 em 2014 (R\$ 1.624 em 2013) corresponde a decisões judiciais, transitadas em julgado, envolvendo complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários da FEPASA, pagas pela CPTM, mas que constituem despesa da Fazenda do Estado de São Paulo, nos termos das Leis Paulistas 4.819, de 1958 e 9.343, de 1996.

Através do Parecer PA1000288-601078/2010, a Procuradoria Geral do Estado - PGE reconhece que a obrigação é do Estado de São Paulo e a CPTM tem o direito de ser reembolsada dos desembolsos financeiros que realizou a esse título.

#### 7. Estoques

Os estoques da Companhia são compostos por insumos necessários à sua operação e manutenção, a partir da política de armazenagem por natureza dos materiais normais, essenciais, estratégicos e eventuais:

	2014	2013
Material Ferroviário e de Uso Geral.....	99.829	99.504
Material de Escritório.....	1.042	900
Material Inservível e Sucata.....	1.632	1.224
Material em Análise.....	3.244	2.054
Bilhetes.....	424	339
Material a devolver - Reprova por Laudo.....	21	307
Materiais em poder de Terceiros.....	3.997	4.919
<b>Total</b> .....	<b>110.189</b>	<b>109.247</b>

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não houve evidência de redução ao valor recuperável de estoques.

#### 8. Ativos mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2014 está representado por imobilizado de uso que foi tirado de operação, principalmente por conta de obsolescência técnica.

Após a identificação da não utilização do ativo na operação, é feita a transferência do saldo de Imobilizado para Ativos Mantidos para Venda pelo menor entre o seu valor contábil e seu valor justo menos as despesas estimadas para venda desse bem, sendo reconhecida diretamente em resultado qualquer perda identificada na avaliação.

A administração efetua esforços para que os ativos mantidos para venda sejam vendidos no máximo em 1 ano, a partir da reclassificação contábil. Caso a venda não seja realizada dentro do período mencionado, os fatores que impossibilitaram a venda serão reavaliados e considerados no processo periódico de avaliação do valor recuperável do bem (impairment).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi transferido da conta de





# GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 - (Valores expressos em reais mil)

	2014	2013
12. Investimento		
Ações de Telefonia	117	117
Obras de arte pictóricas	32	32
<b>Total</b>	<b>149</b>	<b>149</b>

As participações societárias são participações em outras empresas, que não atribuem à CPTM controle ou influência significativa sobre as mesmas, sendo registradas pelo custo histórico.

Descrição	2014			2013		
	Taxas de depreciação	Custo reavaliado	Custo incorrido	Custo total	Custo reavaliado	Custo incorrido
Equipamentos de Giro	-	-	3.948	3.948	-	7.615
Terrenos e Leito da Linha	-	543.525	1.024.600	1.568.125	550.026	994.202
Via Permanente, Edifícios e Instalações	1,25% a 6,66%	1.000.244	2.090.179	3.090.423	1.010.364	1.615.938
Equipamentos de Transportes	-	-	-	-	-	-
Ferrovários	6,66% a 10%	2.657	813	3.470	2.657	813
Trens Unidade Elétricos	2,50% A 7,14%	644.739	2.104.580	2.749.319	787.891	2.064.125
Outros Equipamentos de Transporte	5,55% a 33,33%	5.406	118.860	124.266	5.429	118.862
Equipamentos, Máquinas e Ferramentas	4% a 33,33%	7.540	213.073	220.613	7.578	192.806
Mobiliário em Geral	4,34% a 33,33%	618	55.739	56.357	627	52.996
Imobilizações em Andamento	-	-	3.095.054	3.095.054	-	3.124.555
Outros Ativos Imobilizados	-	763	23.696	24.459	761	19.297
<b>Subtotal</b>	<b>2.205.492</b>	<b>8.730.542</b>	<b>10.936.034</b>	<b>2.365.333</b>	<b>8.190.582</b>	<b>10.555.915</b>
Depreciação Acumulada	(1.250.352)	(1.322.370)	(2.572.722)	(1.307.811)	(1.304.594)	(2.612.405)
<b>Total</b>	<b>955.140</b>	<b>7.408.172</b>	<b>8.363.312</b>	<b>1.057.522</b>	<b>6.885.988</b>	<b>7.943.510</b>

Descrição	2013		Adição	Transferências <sup>1</sup>	Baixa <sup>2</sup>	2014
	(Reapresentado)					
Equipamentos de Giro	7.615	-	-	-	(3.666)	3.948
Terrenos e leito de linha	1.544.228	331	34.645	(11.079)	1.568.125	1.568.125
Via Permanente, Edifícios e Instalações	2.626.302	9.144	472.033	(17.056)	3.090.423	3.090.423
Equipamentos de Transportes Ferroviários	3.470	-	-	-	3.470	3.470
Trens Unidades Elétricas	2.852.016	-	178.860	(281.556)	2.749.320	2.749.320
Outros Equipamentos de Transporte	124.291	-	-	(25)	124.266	124.266
Equipamentos, Máquinas e Ferramentas	200.384	1.516	18.759	(46)	220.613	220.613
Mobiliário em Geral	52.996	3.884	42	(566)	56.357	56.357
Imobilizações em Andamento	3.124.555	678.542	(708.044)	-	3.095.053	3.095.053
Outros Ativos Imobilizados	20.058	649	-	(51)	24.459	24.459
<b>Subtotal</b>	<b>10.555.915</b>	<b>694.066</b>	<b>98</b>	<b>(314.045)</b>	<b>10.936.034</b>	<b>10.936.034</b>
Depreciação Acumulada	(2.612.405)	(222.224)	-	-	261.907	(2.572.722)
<b>Total</b>	<b>7.943.510</b>	<b>471.842</b>	<b>98</b>	<b>(52.138)</b>	<b>8.363.312</b>	<b>8.363.312</b>

<sup>1</sup> Considerado nas Transferências R\$ 98 cuja origem é Imobilizado Linha 5 Lilás (Nota 2.9 (iii)).

<sup>2</sup> Além dos valores contabilizados na rubrica contábil específica de Custo/Baixa de Ativos (Nota 27), estão sendo considerados os valores:

R\$ 3.195 - Equipamentos de Giro transferidos para custeio, e

R\$ 1.175 - Trens Unidades Elétricas transferidos para Ativos Não Circulantes - Mantidos para a Venda (Nota 8).

Descrição	2013		Adição	Baixa	2014
	(Reapresentado)				
Via permanente, Edifícios e Instalações	(1.046.048)	(108.773)	10.407	(1.144.414)	(1.144.414)
Equipamentos de Transportes Ferroviários	(3.470)	-	(3.470)	(3.470)	(3.470)
Trens Unidades Elétricas	(1.348.038)	(84.857)	250.864	(1.182.029)	(1.182.029)
Outros Equipamentos de Transporte	(25.229)	(5.951)	25	(31.155)	(31.155)
Equipamentos, Máquinas e Ferramentas	(143.384)	(16.927)	46	(160.265)	(160.265)
Mobiliário em Geral	(39.040)	(3.510)	525	(42.025)	(42.025)
Outros Ativos Imobilizados	(7.198)	(2.206)	40	(9.364)	(9.364)
<b>Total</b>	<b>(2.612.405)</b>	<b>(222.224)</b>	<b>261.907</b>	<b>(2.572.722)</b>	<b>(2.572.722)</b>

**13.3. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no exercício**  
Durante o exercício, a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM fez a revisão do valor recuperável de sua Unidade Geradora de Caixa - UGC (representada pelo conjunto de seus ativos não financeiros). A revisão não resultou no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável. O valor recuperável da UGC foi determinado com base no valor justo menos os custos de venda dos ativos que compõem a UGC, que é representado pelos custos de reposição depreciados dos mesmos. Tendo em vista que a atividade operacional da CPTM é deficitária, o valor em uso foi desconsiderado como base de determinação do valor recuperável dos ativos que compõem a UGC.

Descrição	Taxas anuais de amortização		2014	2013
Sistema de Bilheteagem Eletrônica	10%	3.500	3.500	3.500
Sistema e Aplicativo - Software	20%	31.857	21.248	31.857
<b>Subtotal</b>		<b>35.357</b>	<b>24.748</b>	<b>35.357</b>
Amortização Acumulada		(15.842)	(10.529)	(15.842)
<b>Subtotal</b>		<b>19.515</b>	<b>14.219</b>	<b>19.515</b>
Software em Desenvolvimento		10.253	3.643	10.253
<b>Total</b>		<b>29.768</b>	<b>17.862</b>	<b>29.768</b>

Os ativos intangíveis representam basicamente a aquisição dos softwares adquiridos pela CPTM os softwares em desenvolvimento referem-se basicamente ao contrato com a PRODESP referente a implantação e prestação de serviços técnicos especializados de informática, para implantação de um sistema integrado, cujo saldo contábil reflete o custo incorrido para desenvolvimento.

Descrição	2013		Adição	Baixa	2014
	(Reapresentado)				
Sistema de bilheteagem eletrônica	3.500	-	-	-	3.500
Sistema e Aplicativo Software	21.248	10.609	-	-	31.857
<b>Subtotal</b>	<b>24.748</b>	<b>10.609</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>35.357</b>
Amortização Acumulada	(10.529)	(5.315)	2	(15.842)	(15.842)
<b>Subtotal</b>	<b>14.219</b>	<b>5.294</b>	<b>(2)</b>	<b>(2)</b>	<b>19.515</b>
Software em Desenvolvimento	3.643	6.610	-	-	10.253
<b>Total</b>	<b>17.862</b>	<b>11.904</b>	<b>(2)</b>	<b>(2)</b>	<b>29.768</b>

Descrição	2013		Adição	Baixa	2014
	(Reapresentado)				
Sistema de bilheteagem eletrônica	(3.500)	-	-	-	3.500
Sistema e Aplicativo Software	(7.029)	(5.315)	2	12.342	12.342
<b>Total</b>	<b>(10.529)</b>	<b>(5.315)</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>15.842</b>

Descrição	2014			2013		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Até 1 ano	54.260	1.637	55.897	52.574	1.140	53.714
De 1 a 5 anos	217.042	1.447	218.489	210.296	1.402	211.698
Acima de 5 anos	574.256	3.828	578.084	608.984	4.060	613.044
<b>Total</b>	<b>845.558</b>	<b>6.912</b>	<b>852.470</b>	<b>871.854</b>	<b>6.602</b>	<b>878.456</b>

Descrição	2014			2013		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Até 1 ano	28.478	67.891	96.369	26.296	69.588	95.884
De 1 a 5 anos	139.594	240.782	380.376	128.896	251.480	380.376
Acima de 5 anos	677.486	328.926	1.006.412	716.662	384.844	1.101.506
<b>Total</b>	<b>845.558</b>	<b>637.599</b>	<b>1.483.157</b>	<b>871.854</b>	<b>705.912</b>	<b>1.577.766</b>

Acordo	Parcelas		Credor	2014	2013
	Liquidadas	Vincendas			
PPI/2006	115	5	P.M. SP	7.122	10.738
18186.008507/2010-26	-	-	INSS	-	45.022
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		<b>7.122</b>	<b>55.760</b>
Circulante	-	-	-	4.748	17.802
Não Circulante	-	-	-	2.374	37.958

(a) PPI/2006 - adesão ao Programa de Parcelamento Incentivado promovido pela Prefeitura da Cidade de São Paulo, decorrente de pendências de IPTU, no importe de R\$ 20.418, em 120 parcelas mensais, consecutivas e corrigidas pela SELIC.

(b) INSS - Termo de Confissão de Dívida firmado junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, em setembro de 2010, correspondente às notificações fiscais de débito - NFLD's 35.348.483.0 e 35.348.484.9, no montante de R\$ 57.745, em 60 parcelas mensais, consecutivas e corrigidas pela SELIC. Tais NFLD's foram canceladas pelos Despachos Decisórios DERAT-SP/DICAT/EQREC n° 270/2012 e 271/2012, interrompendo-se o parcelamento no aguardo de decisão definitiva nas ações judiciais em que são discutidas. Tendo em vista que Sentença proferida no MS n° 0015135.12.2013.4.03.6100, pelo Juízo Federal da 10ª Vara, extinguiu as NFLD's e consequentemente o Parcelamento, o registro contábil foi revertido, após diligências junto a RFB, culminando na constituição de provisão para contingências (vide Nota 18.b.), no aguardo do trâmite das ações em andamento.

Natureza da Receita	2014			2013		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Bilhetes de Transporte Metropolitano	4.269	-	4.269	-	-	-
Bilhetes - Expresso Turístico	38	-	38	25	-	25
Bilhete Eletrônico - BOM (Vide Nota 21)	4.236	-	4.236	2.852	-	2.852
Antecipação de Venda de Inserviáveis e Sucatas	698	-	698	638	-	638
Aluguéis e Arrendamentos	516	9.630	10.146	-	10.662	10.662
Fundo de Investimento em Direitos	-	-	-	-	-	-
Creditórios - FIDC/NP	-	-	-	-	1.267	1.267
<b>Total</b>	<b>9.757</b>	<b>9.630</b>	<b>19.387</b>	<b>3.515</b>	<b>11.929</b>	<b>15.444</b>

Natureza da provisão	2014		2013	
Trabalhista	626.414	626.414	411.210	411.210
Cíveis	156.978	156.978	163.118	163.118
Previdenciária	60.786	60.786	9.612	9.612
<b>Total</b>	<b>844.178</b>	<b>844.178</b>	<b>583.940</b>	<b>583.940</b>

**18.a. Trabalhistas e Cíveis**  
**Contingências Trabalhistas e Cíveis Classificadas como Risco de Perda Provável**  
As provisões cíveis resultam, em sua maioria, de pedidos de indenização decorrentes de acidentes com passageiros transportados pela Companhia, bem como demais incidentes ocorridos no leito férreo, como por exemplo, atropelamentos. Existem alguns pedidos judiciais de reequilíbrio econômico financeiro de contratos ou pedidos de indenização que também representam valores relevantes, além, ainda, de execuções fiscais decorrentes de multas por infração, ISS e IPTU. Quanto aos processos trabalhistas referem-se a pedidos de pagamento de diferenças de remuneração decorrentes de cálculos de horas extras, adicionais de periculosidade, insalubridade e de risco, acidentes de trabalho, diferenças de verbas rescisórias pagas a empregados aposentados, incidências de anuênio em outras verbas trabalhistas e casos semelhantes. Adicionalmente, a Companhia é parte em diversas ações trabalhistas nas quais funcionários aposentados da Fepasa pleiteiam equiparação salarial aos funcionários ativos da CPTM. Nessas ações, a Companhia atua essencialmente como um agente do Governo do Estado de São Paulo dado que quaisquer desembolsos efetuados nessas ações são reembolsados à CPTM, nos termos do Parecer CJ/SF 958/2010 da Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo acatado pelo Sr. Procurador Geral do Estado em 31/01/2010 através do processo 1000288-601078/2010. De acordo com a Resolução CFC n° 1.180/09 de 24/07/09, que aprova a NBC.TG 25, a CPTM constituiu no exercício de 2014 provisão no montante de R\$ 783.392 (R\$ 574.328 em 2013), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Natureza das contingências	Avaliação de perdas prováveis	
	2014	2013
Trabalhistas	626.414	411.210
Cíveis	156.978	163.118
<b>Total</b>	<b>783.392</b>	<b>574.328</b>

Os desembolsos possíveis decorrentes da eventual perda das ações com risco de perda provável poderão ocorrer no período de aproximadamente 2 a 3 anos, em média.

Contingências trabalhistas	2013		Provisões		Liquidações		Reversões/Baixas	2014
	411.210	411.210	302.646	302.646	(45.678)	(45.678)	(41.764)	626.414

Contingências cíveis	2013		Provisões		Liquidações		Reversões/Baixas	2014
	163.118	163.118	50.054	50.054	(17.719)	(17.719)	(38.475)	156.978

**Contingências Trabalhistas e Cíveis Classificadas como Risco de Perda Possível**  
São processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível, classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não são provisionados.

As ações com classificação de perda possível no exercício de 2014 totalizaram R\$ 315.411 (R\$ 299.294 em 2013).

**18.b. Previdenciária**  
Provisão para prováveis perdas decorrentes de ação fiscalizatória do INSS, encerrada no exercício de 2002, conforme Notificações Fiscais de Lançamento de Débito abaixo relacionadas.

NFLD	Processo	2014	2013
35.348.483-0 <sup>1</sup>	MS 0015135-12.2013.4.03.6100	21.173	-
35.348.484-9 <sup>1</sup>		29.239	-
35.348.485-7	Ação Ordinária 2003.61.00.030316-3	591	547
35.348.486-5		108	100
35.348.488-1		4.303	3.988
35.348.496-2		3.250	3.011
35.348.497-0		2.122	1.966
<b>Total</b>		<b>60.786</b>	<b>9.612</b>

<sup>1</sup> Vide Nota 16.b.

**19. Provisões para benefícios a empregados - previdência privada**  
A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM é uma das patrocinadoras da Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER, que é uma entidade de previdência complementar fechada multipatrocinada, sem fins lucrativos, e foi fundada em 07/02/1979, de acordo com a legislação em vigor.

Apresentamos a seguir as principais características do plano de benefícios, vigente em 31 de dezembro de 2014, avaliados nos termos da Deliberação CVM n° 695/2012.

O Plano de Benefício Definido (BD) é o tipo de plano em que o participante se aposenta com um benefício pré-determinado. Atualmente, somente a patrocinadora CPTM possui este Plano na REFER.

Ao ingressar no Plano "Plano de Benefício Definido da Patrocinadora CPTM" os participantes estabelecem sua contribuição mensal de acordo com a sua idade e com o seu salário.

Os benefícios do Plano são:

- Aposentadoria por Invalidez;
- Aposentadoria por Idade;
- Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
- Aposentadoria Especial;
- Auxílio-Doença;





# GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 - (Valores expressos em reais mil)

	R\$	
	2014	2013
<b>D. Componentes da despesa/ (receita) do plano</b>		
Valores reconhecidos no demonstrativo de resultados do exercício		
Custo do serviço corrente (líquido da contribuição do participante)	29.150.397	18.647.314
Juros sobre as obrigações atuariais	56.114.514	89.581.725
Rendimento esperado dos ativos do plano	(43.870.269)	(48.271.122)
<b>Total da despesa (receita) a ser reconhecida</b>	<b>41.394.642</b>	<b>59.957.917</b>
<b>E. Principais hipóteses atuariais e financeiras</b>		
Tábua Mortalidade Geral	AT-83	-
Tábua Mortalidade de Inválidos	AT-49	-
Tábua Entrada Invalidez	Zimmermann	-
Rotatividade	0,15/(TS+1)	-
Taxa de desconto nominal	11,30%	10,77%
Taxa de aumento nominal do salário	8,66%	8,66%
Taxa estimada de inflação ao longo prazo	5,00%	5,00%
Fator de capacidade (salário e benefício)	98,00%	98,00%

	R\$	
	2014	2013
<b>F. Ativos do plano (Valor justo)</b>		
<b>Disponível</b>	<b>215.083</b>	<b>1.993</b>
<b>Realizável (previdencial e administrativo)</b>	<b>70.107.369</b>	<b>58.525.097</b>
<b>Renda fixa:</b>	<b>226.877.701</b>	<b>221.455.058</b>
Fundos de investimento:	30.460.535	33.482.133
- Fundo referenciado	2.667.396	10.505.118
- Fundo de renda fixa	9.028.113	5.390.209
- Fundo de direitos creditórios – FIDC	14.713.300	12.599.938
- Swap	4.051.726	4.986.868
Títulos privados:	13.935.120	32.540.029
- Instituições financeiras	-	-
- Companhias abertas	13.935.120	32.540.029
Títulos públicos:	182.482.046	155.432.896
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	34.134.575	71.495.485
- Certificados Financeiros do Tesouro – CFT	104.932.613	72.716.946
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	43.414.858	11.220.465
<b>Renda variável:</b>	<b>49.955.121</b>	<b>58.155.878</b>
Ações	41.558.887	50.568.145
Debêntures não conversíveis	6.200.757	5.471.523
Fundo de investimento em contas de fundos de investimento em ações	2.120.611	2.074.251
Direitos a receber	74.866	41.959
<b>Imóveis:</b>	<b>54.700.510</b>	<b>59.541.849</b>
Imóveis	54.530.196	59.383.076
Direitos a receber	170.314	158.773
<b>Investimentos estruturados:</b>	<b>75.144.542</b>	<b>55.811.989</b>
Fundos de investimento em participações	38.377.851	24.041.191
Fundo de investimento em contas de fundos de investimento multimercado	1.229.402	1.001.482
Fundos de investimento imobiliário	35.537.289	30.769.316
<b>Operações com participantes</b>	<b>3.759.980</b>	<b>3.004.211</b>
Empréstimos	878.486	199.861
Direitos a receber	2.881.494	2.804.350
<b>Depósitos judiciais / recursais</b>	<b>38.685</b>	<b>38.685</b>
(-) Exigível operacional	(9.438.686)	(14.069.579)
(-) Exigível contingencial	(1.113.911)	(1.112.407)
(-) Fundos de investimento	(50.447.652)	(36.956.373)
(-) Fundos administrativos	(22.634.133)	(19.315.312)
(-) Empréstimos e financiamentos	(720.294)	(3.004.211)
<b>(=) Valor justo dos ativos do plano</b>	<b>396.444.315</b>	<b>382.076.878</b>
(x) Fator de atualização de INPC conjugado com juros de novembro a dezembro (*)	1,0111	1,0660
<b>(=) Valor justo atualizado dos ativos do plano</b>	<b>400.843.948</b>	<b>407.308.185</b>

(\*) Os cálculos atuariais foram realizados com base em informações disponíveis na data base de 30 de novembro. Por esse motivo, para tornar o resultado dos cálculos mais adequados, foi realizada a atualização das informações através da aplicação de INPC, conjugado com juros, para o período de novembro a dezembro.

	%	
	2014	2013
<b>G. Ativos do plano (percentual de alocação dos ativos)</b>		
Renda fixa:	55,26%	55,65%
Renda variável:	12,17%	14,61%
Inv. Estruturados	18,31%	14,02%
Imóveis	13,33%	14,96%
Op. Com Participantes	0,92%	0,75%
Outros	0,01%	0,01%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

	R\$	
	2014	2013
<b>H. Histórico de ganhos e perdas observados</b>		
Valor presente das obrigações atuariais	1.018.022.450	1.020.263.894
Valor justo dos ativos do plano	400.843.948	407.308.185
Déficit/ (Superávit) do plano	617.178.503	612.955.709
(Ganhos)/Perdas nos ativos do plano		
Valor	(29.244.431)	(51.603.184)
Percentual dos ativos do plano	(7,30%)	(12,67%)
Ganhos/ (perdas) nas obrigações atuariais		
Valor (R\$)	59.257.669	(139.094.996)
Percentual valor presente das obrigações atuariais	5,82%	(13,63%)
Total do ganho/(perda) atuarial e nos ativos do plano (R\$)	30.013.238	(190.698.181)

	R\$	
	2014	2013
<b>I. Resumo dos dados cadastrais</b>		
Data das estatísticas		
Participantes Ativos		
Quantitativo	882	940
Folha salarial anual	5.293.097	69.007.157
Salário médio anual	6.001	73.412
Idade média	52,3	51,7
Tempo médio de serviço	23,2	23,1
Aposentados e Pensionistas		
Quantitativo	1.068	1.068
Benefício médio anual	2.107	23.510
Idade média	62,5	61,2

1 - Componentes da despesa/ (receita) do plano projetada para 2015 (R\$)		
Custo do serviço corrente bruto		29.086.356
Juros sobre obrigação atuarial		61.081.347
Rendimento esperado dos ativos		(45.278.370)
<b>Total da despesa/(receita) a ser reconhecida</b>		<b>44.889.333</b>

2 - Hipóteses usadas para determinar a despesa/(receita) do plano		
Taxa de desconto real		6,00%
Taxa de desconto nominal		11,30%
Taxa de aumento real do salário		3,00%
Taxa de aumento nominal do salário		9,18%
Taxa estimada de inflação a longo prazo		5,00%
Fator de capacidade (salário e benefício)		98,00%

**20. Passivos futuros**  
Em 05.03.07, a CPTM cedeu, parcialmente, ao FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS COMPANHIA PAULLISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM os direitos decorrentes da venda de bilhetes da modalidade comum (i.e., Bilhetes Unitários e seus múltiplos, ficando excluídos os Bilhetes Únicos), pelo preço de R\$ 200.000, sendo R\$ 150.000 em espécie e R\$ 50.000 em cotas subordinadas.

Por se tratar da cessão de direitos e, se caracterizar pelo recebimento antecipado da receita a ser realizada pela futura prestação de serviço de transporte, sem vínculo de obrigação por parte da CPTM junto ao Fundo, foi apropriada no "Grupo Resultado de Exercícios Futuros" bem como seus respectivos custos. Entretanto, com o advento da Lei 11.638/07, tais registros foram transferidos para o grupo Passivo Não Circulante.

Em 31/03/2014 ocorreu a liquidação ordinária do Fundo, nos termos do respectivo Regulamento.

**21. Instrumentos financeiros**  
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.  
Em 31 de dezembro de 2014, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:  
• Caixa e equivalentes de caixa são classificados como valor justo por meio do resultado.  
• Contas a receber e demais valores realizáveis decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.  
• Fornecedores e demais obrigações decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como outros passivos financeiros pelo custo amortizado.  
• A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	2014			2013		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros ao custo amortizado
<b>Ativos</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	59.024	-	-	59.024	93.106	-
Contas a receber de Clientes	-	19.545	-	19.545	-	17.539
Indenizações Trabalhistas a Reembolsar	-	8.441	-	8.441	-	1.624
Outros créditos	-	12.689	-	12.689	-	15.301
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	-	-	205.639	205.639	-	126.647
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	852.470	852.470	-	878.456
Tributos parcelados	-	-	7.122	7.122	-	55.760
Contas a Pagar	-	-	27.829	27.829	-	30.681

As operações da Companhia estão sujeitas ao Risco de crédito, decorrente da possibilidade de a Companhia ter perdas por inadimplência de suas contrapartes. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações exclusivamente pelo Banco do Brasil S/A, na forma estabelecida pelo Decreto nº 55357 de 18/01/2010. A Administração da Companhia acredita que constitui provisões suficientes para fazer frente ao não recebimento.

**22. Gerenciamento de riscos**  
**Risco de Crédito**  
Parte substancial da receita da empresa é proveniente da utilização do sistema de transporte, receita tarifária, e neste caso o usuário paga pelo serviço antes de utilizar. Assim, a Companhia possui baixa exposição ao risco de crédito.  
• **Aplicações Financeiras**  
As aplicações financeiras da empresa são efetuadas predominantemente em Fundo específico do Governo do Estado de São Paulo no Banco do Brasil, operação classificada como de baixo risco.  
• **Adiantamento a Fornecedores**  
Estas operações não estão expostas a riscos, pois quando dos pagamentos aos fornecedores o desconto do valor adiantado é efetuado pela própria CPTM.

	2014		2013	
	Ativos financeiros	Passivos financeiros	Ativos financeiros	Passivos financeiros
<b>Exposição Máxima ao Risco de Crédito:</b>				
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e Equivalentes de Caixa	59.024	-	93.106	-
Contas a Receber de Clientes	19.545	-	17.539	-
Indenizações Trabalhistas a Reembolsar	8.441	-	1.624	-
Outros Créditos	12.689	-	15.301	-
<b>Total</b>	<b>99.699</b>	<b>-</b>	<b>127.570</b>	<b>-</b>
<b>Risco de Liquidez</b>				
A Companhia é uma empresa de economia mista dependente do Governo do Estado de São Paulo, ou seja, as receitas próprias da empresa não são suficientes para manter sua operação. Nesse sentido, a empresa é subvencionada pelo Governo do Estado de São Paulo nos termos do artigo 2º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - mitigando os riscos de liquidez.				
Passivos Financeiros e os seus vencimentos contratuais:				
	De 30 a Até 30 dias	De 90 dias a 90 dias	1 ano	De 1 a 3 anos
<b>Passivos financeiros</b>				Acima de 3 anos
Fornecedores	86.886	118.753	-	-
Operações de arrendamento mercantil	9.200	15.849	71.321	190.187
Tributos parcelados	396	791	3.561	2.374
Contas a pagar	7.709	4.077	-	16.043
<b>Total</b>	<b>104.191</b>	<b>139.470</b>	<b>74.882</b>	<b>208.604</b>

	2014		2013	
	Receita operacional bruta	Deduções da receita bruta	Receita operacional líquida	Custos dos serviços prestados
<b>Risco de Mercado</b>				
<b>Risco de Moeda Estrangeira</b>				
A Companhia incorre em risco cambial quando da formalização de contratos de prestação de serviços ou fornecimento de bens em moeda diferente da local ( BRL). Estes tipos de contratos são firmados para a aquisição ou prestação de serviços que compõem o investimento da empresa e, nesse sentido, o risco destas operações são suportados pelo Governo do Estado de São Paulo responsável pelo aporte de recursos para realização de investimentos.				
<b>Risco de taxa de juros</b>				
A Companhia não está exposta ao risco de variação nos juros, pois não possui empréstimos ou financiamentos.				
<b>23. Capital social</b>				
O Capital Subscrito e Integralizado está representado por 377.625.952.987 (377.625.952.987 em 2013) ações ordinárias nominativas, no montante de R\$ 11.328.779 (R\$ 11.328.779 em 2013).				
A Companhia possui Capital Autorizado de R\$ 15.000.000, conforme AGE 39, realizada em 27/09/2013, nos termos do Artigo 3º, parágrafo único, do seu Estatuto Social.				
<b>24. Receita operacional líquida</b>				
<b>Receita operacional bruta</b>				
Receita dos Transportes Ferroviários	1.198.777	-	1.198.777	-
Subvenção Recebida para Operação	784.818	-	784.818	-
Outras Receitas	55.283	-	55.283	-
<b>Deduções da receita bruta</b>	<b>(31.327)</b>	<b>(24.136)</b>	<b>(31.327)</b>	<b>(24.136)</b>
Cofins e Paspap	(5.644)	(23.230)	(5.644)	(23.230)
Impostos	(25.683)	(906)	(25.683)	(906)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.007.551</b>	<b>1.969.045</b>	<b>2.007.551</b>	<b>1.969.045</b>
<b>25. Custos dos serviços prestados</b>				
<b>26. Despesas administrativas</b>				
Pessoal	(760.963)	(779.939)	(760.963)	(779.939)
Energia Elétrica de Tração	(102.581)	(100.818)	(102.581)	(100.818)
Vigilância	(176.974)	(112.104)	(176.974)	(112.104)
Limpeza e Conservação	(67.191)	(64.758)	(67.191)	(64.758)
Manutenção	(418.213)	(308.812)	(418.213)	(308.812)
Serviços de Transporte	(22.948)	(17.473)	(22.948)	(17.473)
Materiais	(65.663)	(44.914)	(65.663)	(44.914)
Depreciação/Amortização	(216.508)	(215.060)	(216.508)	(215.060)
Outros	(53.227)	(55.373)	(53.227)	(55.373)
<b>Custo dos serviços prestados</b>	<b>(1.884.268)</b>	<b>(1.699.251)</b>	<b>(1.884.268)</b>	<b>(1.699.251)</b>
<b>27. Outras receitas e despesas</b>				
Perdas decorrentes do SBE	(163.770)	(170.726)	(163.770)	(170.726)
Baixas Patrimoniais	(2)	(282)	(2)	(282)
Limpeza e conservação	(896)	(1.025)	(896)	(1.025)
Manutenção	(3.441)	(2.050)	(3.441)	(2.050)
Processamento de dados	(17.979)	(14.386)	(17.979)	(14.386)
Propaganda e publicidade	(23.885)	(21.045)	(23.885)	(21.045)
Sistema de bilhetagem eletrônica	(25.622)	(27.824)	(25.622)	(27.824)
Serviços de transportes	(13.825)	(20.059)	(13.825)	(20.059)
Materiais	(4.047)	(3.618)	(4.047)	(3.618)
Depreciação e amortização	(11.031)	(7.910)	(11.031)	(7.910)
Provisões	(268.432)	(218.421)	(268.432)	(218.421)
Gastos Gerais	(114.116)	(58.017)	(114.116)	(58.017)
Outros	(12.398)	(11.750)	(12.398)	(11.750)
<b>Total</b>	<b>(659.444)</b>	<b>(557.113)</b>	<b>(659.444)</b>	<b>(557.113)</b>
<b>28. Despesas por natureza</b>				
Pessoal	(924.733)	(950.665)	(924.733)	(950.665)
Energia Elétrica de Tração	(102.581)	(100.818)	(102.581)	(100.818)
Vigilância	(176.976)	(112.386)	(176.976)	(112.386)
Limpeza e Conservação	(64.687)	(62.985)	(64.687)	(62.985)
Manutenção	(421.654)	(310.862)	(421.654)	(310.862)
Processamento de Dados	(17.979)	(14.386)	(17.979)	(14.386)
Propaganda e Publicidade	(23.885)	(21.045)	(23.885)	(21.045)
Sistema de Bilhetagem Eletrônica	(25.622)	(27.824)	(25.622)	(27.824)
Serviços de Transporte	(36.773)	(37.532)	(36.773)	(37.532)
Materiais	(69.710)	(48.532)	(69.710)	(48.532)
Depreciação/Amortização	(227.539)	(222.970)	(227.539)	(222.970)
Provisões	(268.432)	(218.421)	(268.432)	(218.421)
Gastos Gerais	(1			





# GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 - (Valores expressos em reais mil)

### 31. Partes relacionadas

As transações realizadas pela CPTM com as suas partes relacionadas foram as seguintes para o exercício de 2014:

Operações/Partes Relacionadas	2014		2013	
	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesas)	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesas)
<b>Contas a Receber de Clientes</b>	<b>1.073</b>	<b>3.275</b>	<b>607</b>	<b>1.965</b>
Companhia de Saneamento Básico do Estado de S.Paulo - SABESP	484	2.795	256	1.860
DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A	273	111	162	105
Fundação para Desenvolvimento da Educação - FDE	6	-	6	-
Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo	310	369	183	-
<b>Indenizações Trabalhistas a Reembolsar</b>	<b>8.441</b>	<b>14.755</b>	<b>1.624</b>	<b>9.306</b>
Secretaria da Fazenda	8.441	14.755	1.624	9.306
<b>Outros Créditos</b>	<b>1.027</b>	<b>308</b>	<b>2.980</b>	<b>117</b>
Agência Reg. de Serv. Púb. Deleg. de Transp. do Est. de São Paulo - ARTESP	64	-	88	-
Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRO	765	173	2.531	100
Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP	7	-	2	-
Companhia de Saneamento Básico do Estado de S.Paulo - SABESP	6	-	6	17
Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS	-	135	-	-
Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A - EMTU	100	-	259	-
Imprensa Oficial do Estado S/A - IMESP	42	-	51	-
Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo	43	-	43	-
<b>Receita Líquida</b>	<b>-</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>25</b>
Fundação Centro de Atendimento Sócio- Educativo ao Adolescente - FUNDAÇÃO CASA	-	2	-	13
Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo - IMESC	-	3	-	2
Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho	-	-	-	7
Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania	-	-	-	3
<b>Fornecedores</b>	<b>(2.355)</b>	<b>(85.807)</b>	<b>(9.022)</b>	<b>(76.865)</b>
Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRO	-	(1.181)	(3.102)	(1.293)
Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP	(1.254)	(13.823)	(2.293)	(11.630)
Companhia de Saneamento Básico do Estado de S.Paulo - SABESP	(474)	(10.712)	(322)	(12.411)
Companhia Energética de São Paulo - CESP	-	(52.868)	-	(45.615)
Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS	(19)	(6.087)	(3.157)	(4.794)
Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A - EMTU	(525)	(47)	(51)	-
Fundação do Desenv. Administrativo - FUNDAP	(11)	(132)	(11)	(143)
Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT	-	-	-	(5)
Imprensa Oficial do Estado S/A - IMESP	(72)	(957)	(86)	(974)
<b>Contas a pagar</b>	<b>(3.510)</b>	<b>(133)</b>	<b>(3.444)</b>	<b>(161)</b>
Cia de Desenvolvimento Habitacional Urbano do Estado de São Paulo - CDHU	(3.492)	(133)	(3.358)	(161)
DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A	(18)	-	(18)	-
Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A - EMTU	-	-	(68)	-
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>-</b>	<b>(241)</b>	<b>-</b>	<b>(162)</b>
Cia Ambiental do Estado de S.Paulo - CETESB	-	(241)	-	(158)
Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE	-	-	-	(2)
Instituto de Pesos e Medidas - IPEM	-	-	-	(2)
<b>Outras Receitas (Despesas) Líquidas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(25)</b>
Cia Ambiental do Estado de S.Paulo - CETESB	-	-	-	(25)
<b>Total</b>	<b>4.676</b>	<b>(67.838)</b>	<b>(7.255)</b>	<b>(65.800)</b>

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, cumprindo as determinações legais, na 256ª Reunião Ordinária, realizada no dia 10 de março de 2015, às 09h30, examinou o Relatório Anual da Administração, bem como as Demonstrações Contábeis nele contidas, composta pelo Balanço Patrimonial, pela Demonstração dos Resultados, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado, complementadas pelas Notas Explicativas, referentes ao exercício findo de 2014.

Os membros do Conselho Fiscal da COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, em cumprimento ao disposto nos incisos II e IV do art. 163, da Lei Federal nº 6.404/76 e suas alterações posteriores, procederam ao exame do Relatório da

### (a) Remuneração da Administração

A remuneração máxima aprovada em Assembleia para os exercícios de 2014 e 2013, de acordo com o que é estabelecido pelo Parecer CODEC no 003/2013, é de 30% sobre a remuneração dos diretores da Companhia para os membros do Conselho de Administração e de 20% sobre a remuneração dos diretores para os membros do Conselho Fiscal. A seguinte distribuição foi realizada aos administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

Descrição	2014	2013
Honorários	1.124	1.147
<b>Total</b>	<b>1.124</b>	<b>1.147</b>

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados basicamente por ordenados.

### (b) Benefícios pós emprego

A CPTM não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo para o pessoal chave da Administração.

### 32. Cobertura de seguros

A Companhia não contrata seguros para os bens patrimoniais de sua propriedade e nem para serviços de transporte metropolitano por ela prestados.

### 33. Concessão de gratuidade

No exercício de 2014, pela edição do Decreto 60.595, de 02/07/2014, o benefício instituído pela Lei 15.187/2013, foi estendido às pessoas maiores de 60, nos transportes públicos de passageiros operados pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM e demais Empresas vinculadas à Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM. Para o exercício de 2015, através da edição da Lei 15.692, em 19/02/2015, fica concedida a isenção integral do pagamento de tarifa aos estudantes do ensino fundamental, médio e superior nos transportes públicos de passageiros operados pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM e demais Empresas vinculadas à Secretaria dos Transportes - STM, nas Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo, conforme regras previamente estabelecidas para sua concessão.

### DIRETORIA EXECUTIVA DA CPTM

**MÁRIO MANUEL SEABRA RODRIGUES BANDEIRA**  
Diretor Presidente

**MILTON FRASSON**  
Diretor Administrativo e Financeiro

**IVALDO JOSÉ DOS REIS FERREIRA**  
Diretor de Engenharia e Obras

**SILVESTRE EDUARDO ROCHA RIBEIRO**  
Diretor de Planejamento e Projetos

**JOSÉ LUIZ LAVARENTE**  
Diretor de Operação e Manutenção

**MARLI CÂNDIDO DUTRA**  
CRC.CT.1SP-131206/O-7

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Administração, das Demonstrações Contábeis exigidas em Lei e das Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 e com base na apresentação do representante da Mazars Auditores Independentes, Sr. Aquiles Gutierrez Bergamini, opinam que estão em condições de serem submetidas à apreciação e deliberação final dos Senhores Acionistas, observando-se as ressalvas apresentadas as quais serão incorporadas ao Relatório da Auditoria Independente, relacionadas às Notas Explicativas nº 2.9 (i) - ativos adquiridos pela Secretaria de Transporte Metropolitano, (ii) - Extensão Leste, (iii) - Linha 5 - Lilás, nº 13 - registro na rubrica "Imobilizações em Andamento" e nº 19 - REFER-CPTM, que poderão ensejar ajustes nos exercícios de 2013 e 2014.

**MARIA ZILDA ROCHA LEITE**  
Conselheira

**GRACE MARIA MONTEIRO DA SILVA FREITAS**  
Conselheira

### PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, cumprindo as determinações legais, em sua 134ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 16 de março de 2015, às 10h00, examinou o Relatório Anual da Administração, bem como as Demonstrações Contábeis nele contidas, composta pelo Balanço Patrimonial, pela Demonstração dos Resultados, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado, - complementadas pelas Notas Explicativas, referentes ao exercício findo de 2014.

Com fundamento nas respectivas análises, no Parecer do Conselho Fiscal e na apresentação do Relatório dos Auditores Independentes, o Conselho de Administração manifesta-se favoravelmente ao Relatório Anual da Administração, bem como as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social de 2014, considerando que os mesmos estão em condições de serem submetidas à apreciação e deliberação final dos Senhores Acionistas, observando-se os parágrafos de ênfase constantes do referido Parecer da Auditoria Independente.

**APARECIDA MASSAKO FUNAGOSHI BOVI**  
Conselheira

**MARCELO PEREIRA DE AMORIM**  
Conselheiro

**MARCO AURÉLIO CHAGAS MARTORELLI**  
Conselheiro

**MURILO CELSO DE CAMPOS PINHEIRO**  
Conselheiro

**PAULO DE MAGALHÃES BENTO GONÇALVES**  
Conselheiro

**JOSÉ ROBERTO CARDOSO**  
Conselheiro

**PRISCILA GRECOV**  
Conselheira

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da  
**Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM**  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

#### Base para opinião com ressalvas

Conforme mencionado na Nota 2.9 (i), a Companhia vem utilizando em suas operações 57 trens e peças sobressalentes desses trens, adquiridos diretamente pela Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em anos anteriores. O custo desses trens e peças em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 1.521.487 mil líquido da depreciação acumulada de R\$ 140.256 mil (R\$ 1.355.699 mil em 31 de dezembro de 2013 líquido da depreciação acumulada de R\$ 101.735 mil). Nenhum registro contábil desses trens e peças foi efetuado nas demonstrações financeiras da Companhia, dado que tal registro depende de autorização expressa do controlador da Companhia - Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo - Codec. Dessa forma, enquanto não há autorização do controlador da Companhia, essa operação deveria ser registrada como operação de arrendamento financeiro de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 - "Operações de Arrendamentos". Consequentemente, o ativo não circulante e o passivo não circulante estão subavaliados em R\$ 1.521.487 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 1.355.699 mil em 31 de dezembro de 2013), respectivamente, e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 está superavaliado em R\$ 38.521 mil (R\$ 35.648 mil em 31 de dezembro de 2013).

Conforme mencionado na Nota 2.9 (ii), de acordo com convênio celebrado em 2007, a Companhia vem operando a Extensão Leste, construída pelo Metrô de São Paulo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou os valores líquidos da Extensão Leste no montante de R\$ 696.820 mil em seu ativo imobilizado em contrapartida a uma obrigação no mesmo valor no passivo não circulante, permanecendo inalterados os valores em 31 de dezembro de 2014. Embora a formalização de tal registro dependa de autorização expressa do controlador da Companhia - Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo - Codec, a transferência desses ativos enseja o registro de um ativo financeiro contra o Metrô de São Paulo e, portanto, além da reclassificação do grupo do imobilizado para o grupo do realizável a longo prazo, nenhuma depreciação deveria ter sido reconhecida nas demonstrações financeiras da Companhia de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 - "Instrumentos Financeiros" e CPC 27 - "Ativo Imobilizado". Consequentemente, o ativo imobilizado está superavaliado em R\$ 1.295.393 mil, o realizável a longo prazo está subavaliado em R\$ 1.565.856 mil e o patrimônio líquido está subavaliado em R\$ 270.463 mil em 31 de dezembro de 2014, respectivamente (R\$ 1.295.461 mil, R\$ 1.565.954 mil e R\$ 270.463 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2013).

Conforme mencionado na Nota 2.9 (iii), de acordo com convênio celebrado em 2007, a Companhia transferiu a Linha 5 Lilás para o Metrô de São Paulo. O custo líquido da Linha 5 - Lilás, contabilizado no grupo do ativo imobilizado, era de R\$ 1.295.393 mil em 31 de dezembro de 2014, líquido da depreciação acumulada, calculada somente até 31 de dezembro de 2012, de R\$ 270.463 mil (R\$ 1.295.491 mil em 31 de dezembro de 2013 líquido da depreciação acumulada de R\$ 270.463 mil). Embora a formalização de qualquer registro dependa de autorização expressa do controlador da Companhia - Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo - Codec, a transferência desses ativos enseja o registro de um ativo financeiro contra o Metrô de São Paulo e, portanto, além da reclassificação do grupo do imobilizado para o grupo do realizável a longo prazo, nenhuma depreciação deveria ter sido reconhecida nas demonstrações financeiras da Companhia de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 - "Instrumentos Financeiros" e CPC 27 - "Ativo Imobilizado". Consequentemente, o ativo imobilizado está superavaliado em R\$ 1.295.393 mil, o realizável a longo prazo está subavaliado em R\$ 1.565.856 mil e o patrimônio líquido está subavaliado em R\$ 270.463 mil em 31 de dezembro de 2014, respectivamente (R\$ 1.295.461 mil, R\$ 1.565.954 mil e R\$ 270.463 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2013).

Conforme mencionado na Nota 13, a Companhia possui o montante de R\$ 3.095.053 mil registrado na rubrica "Imobilizações em Andamento", sendo que uma parcela desses itens encontra-se ou em uso ou à disposição para uso. A companhia não efetuou a transferência dos itens em uso para o imobilizado em operação, dado que o trabalho de componentização e identificação dos itens encontra-se em curso. Por estarem classificados como "Imobilizações em Andamento", nenhuma depreciação sobre esses itens foi reconhecida. Não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o valor da depreciação que deveria ter sido reconhecida sobre esses itens, nem sobre eventuais valores que poderiam ser reconhecidos no resultado do exercício, conforme Pronunciamento Técnico CPC 27 - "Ativo Imobilizado". Consequentemente, não nos foi possível determinar se havia necessidade de ajustar esses valores.

Conforme mencionado na Nota 19, a Companhia é patrocinadora do plano de previdência complementar REFER-CPTM, cujo relatório de Avaliação Atuarial em 31 de dezembro de 2014 aponta um déficit atuarial de R\$ 617.179 mil. A Companhia reconheceu 50% desse valor no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2014 no montante de R\$ 308.589 mil (R\$ 306.478 mil em 31 de dezembro de 2013), com fulcro nas disposições previstas nas Leis Complementares nº 109/2001 e nº 108/2001. Enquanto o plano não for equalizado, o déficit atuarial deve ser reconhecido em sua integralidade no balanço patrimonial da patrocinadora de acordo com o

Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". Consequentemente, em 31 de dezembro de 2014, o passivo não circulante está subavaliado e o patrimônio líquido está superavaliado em R\$ 308.589 mil (R\$ 306.478 mil em 31 de dezembro de 2013), respectivamente.

#### Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e possíveis efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo base para opinião com ressalvas, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Ênfase

Conforme mencionado na Nota 18a, a Companhia é parte em diversas ações trabalhistas nas quais funcionários aposentados da Fepasa pleiteiam equiparação salarial aos funcionários ativos da CPTM. Nessas ações a Companhia atua essencialmente como um agente do Governo do Estado de São Paulo, dado que quaisquer desembolsos efetuados são reembolsados à CPTM nos termos do Parecer C.J/SF 958/2010 da Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo acatado pelo Sr. Procurador Geral do Estado em 31/01/2010 através do processo 1000288-601078/2010. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na Nota 32, a Companhia não contrata seguros para os bens patrimoniais de sua propriedade e nem para serviços por ela prestados. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na Nota 33, foi concedida isenção integral do pagamento de tarifa aos estudantes do ensino fundamental, médio e superior nos transportes públicos de passageiros operados pela Companhia a partir do exercício de 2015, nos termos da Lei 15.692 publicada em 19/02/2015. Os impactos financeiros decorrentes dessa isenção para os exercícios seguintes ainda não foram estimados. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

#### Outros assuntos

##### Ajustes de exercícios anteriores

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2.3, que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 quanto ao (i) reconhecimento como arrendamento mercantil da renovação da frota dos trens da Companhia, que não havia sido reconhecida anteriormente, adquirida no contexto da Parceria Público Privada com a Ctrns, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 - "Operações de Arrendamento"; (ii) registro do déficit atuarial apurado no plano de benefício a empregados nos resultados abrangentes, que havia sido reconhecido integralmente no resultado do exercício em 31 de dezembro de 2013, conforme Pronunciamento Técnico CPC 33 - "Benefícios a Empregados"; (iii) reclassificação de itens classificados anteriormente no grupo do ativo não circulante como "Imobilizado em Andamento" para "Imobilizado em Operação", conforme Pronunciamento Técnico CPC 27 - "Ativo Imobilizado"; (iv) baixa de itens registrados no grupo do ativo não circulante como "Imobilizado em Andamento" para o resultado do exercício, conforme Pronunciamento Técnico CPC 27 - "Ativo Imobilizado" e (v) reconhecimento dos efeitos tributários sobre a reserva de reavaliação, conforme Pronunciamento Técnico CPC 32 - "Tributos sobre o Lucro". Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assessoria sobre as demonstrações financeiras de 2013 tomadas em conjunto.

##### Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

##### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 20 de fevereiro de 2014, sem ressalva, com as seguintes ênfases:

- Sobre a descontinuidade dos acréscimos de gastos administrativos até então adicionados ao imobilizado a partir do exercício de 2013.
- Sobre o registro contábil dos bens recebidos do Metrô de São Paulo - Extensão Leste e reclassificação do trecho intitulado Linha 5 - Lilás, do Grupo Investimentos para Grupo apartado no Balanço Patrimonial, inclusive com a suspensão da depreciação até então acumulada, no aguardo da permuta dos bens, cujo processo está encaminhado junto aos órgãos componentes estaduais.
- Sobre a Medida Provisória nº 627, citando que, a princípio, as modificações por ela introduzidas não deveriam gerar maiores impactos tributários para a CPTM.
- Sobre o déficit atuarial (Passivo descoberto) de R\$ 612.956 mil e o fato da CPTM arcar somente com 50% desse déficit, ou seja, R\$ 306.478 mil (valor registrado na rubrica provisão para contingências), visto que as contribuições normais da Patrocinadora são paritárias às dos Participantes Ativos e Assistidos.
- Sobre a descrição do sistema de bilhetagem eletrônica (SBE) e adesão ao sistema BOM.
- Sobre a empresa ser autoseguradora em relação aos bens patrimoniais de sua propriedade e em relação aos serviços por ela prestados, não se valendo de contratação de empresa especializada para diluição desses riscos.

São Paulo, 16 de março de 2015



**Mazars Auditores Independentes**  
CRC 2SP023701/O-8

**Carlos Aragaki**  
Contador CRC 1SP132091/O-1

**Aquiles Gutierrez Bergamini**  
Contador CRC 1SP156763/O-0

O Relatório da Administração está disponível no site da Companhia  
[www.cptm.sp.gov.br](http://www.cptm.sp.gov.br)



Secretaria dos Transportes Metropolitanos